



**CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS  
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE  
MINAS GERAIS**

1 Ata da 273ª Reunião Plenária Extraordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do  
2 Adolescente - CEDCA/MG realizada aos vinte e seis dias do mês de abril de 2013, em sua sede  
3 - Casa de Direitos Humanos, à Rua São Paulo nº 558 - 7º andar - Centro - Belo Horizonte - MG  
4 com início às 9h e 30min. Em obediência ao ato presidencial convocatório e às normas  
5 regimentais, o Presidente em exercício, Ananias Neves Ferreira, declarou aberta a sessão  
6 plenária. **Estavam presentes os seguintes Conselheiros:** Hudson Roberto Lino (Titular -  
7 Associação Beneficente Ágape), Ananias Neves Ferreira (Titular - Centro Voluntariado de Apoio  
8 ao Menor), José Ismar da Costa (Titular - Sindicato das Instituições Beneficentes, Religiosas e  
9 Filantrópicas do Estado de Minas Gerais - SINIBREF/MG), Rita Ferreira da Silva Alves (Titular -  
10 Associação Instituto Solidário Comunitário Assistencial - AISCA), Ângela Amerícia Leite (Titular -  
11 União Brasileira de Educação e Ensino - UBEE), Edson Perpetuo Socorro e Almeida (Titular -  
12 Associação 04 de Agosto - Associação Mobilizadora de Ações de Resgate a Cidadania de  
13 Crianças e Itinerantes), Simone Vieira (Titular - Convenção Batista Mineira), Raymundo Rabelo  
14 Mesquita (Titular - Inspeção São João Bosco-ISJB), Maria de Fatima Mayrinck Brito (Titular -  
15 Associação do Amor), Andreia Cristina Barreto (Kinder Not Hilfe - KNH Brasil), Maria Margareth  
16 Pereira (Suplente - Providência Nossa Senhora da Conceição), Elizabeth Moreira dos Santos  
17 (Suplente - Associação Mineira de Reabilitação - AMR), Claudinei Santos Lima (Suplente - Axé  
18 Criança), Paulo Henrique Freitas Carvalho Costa (Suplente - Fundação CDL - Pró Criança),  
19 Stanley Ramos Gusman (Suplente - Instituto Ajudar), Paulo Oseas de Carvalho (Suplente-  
20 Fundação Benjamim Guimarães - Hospital da Baleia), Carmen Rocha (Titular - SEDESE),  
21 Adriene Cristina Lage (Titular - Secretaria de Estado da Saúde), Clodoalva Nobre Barbosa  
22 (Titular- Secretaria de Planejamento e Gestão), Camila Silva Nicácio (Titular - Secretaria de  
23 Estado de Defesa Social), Andréa Aparecida Alves Cunha Soares (Suplente - Polícia Civil - MG),  
24 Ricardo Augusto Zadra (Titular-Secretaria de Estado Fazenda), Solange Vieira de Faria Franca  
25 (Titular- SEDESE), Eliane Quaresma Caldeira de Araújo (Suplente - SEDESE), Alessandra  
26 Martins (Suplente - SEDESE), Elisabeth Terezinha de Oliveira Dinardo Abreu (Titular - Polícia  
27 Civil), Rosemary Leite Matos (Titular - Secretaria de Estado da Educação), Maria Madalena de  
28 Melo e Silva (Suplente - Secretaria de Estado da Educação), Dra. Paola Domingues Botelho  
29 Reis de Nazareth (Ministério Público). **Justificada a ausência:** Eny Lauriano da Silva (Suplente-  
30 Pastoral do Menor Regional Leste II - CNBB), Mariana Furtado Vidigal (Suplente-Secretaria de  
31 Estado de Defesa Social), Ricardo Luiz Amorim G. Foureaux (Titular - Polícia Militar/MG), João  
32 Alves Crisostomo (Titular - Associação Pingo de Luz), Ângelo Rodrigo Pedroso Sartiro (Suplente  
33 - Associação de Deficientes do Oeste de Minas - ADEFOM), Rejane Alves (Suplente - Secretaria  
34 de Estado da Saúde), Maria Auxiliadora Salles Gonçalves (Suplente- Secretaria de Estado da  
35 Fazenda. **Ausentes:** Cleverson Natal Oliveira (Suplente-PMMG), Deputado Ulysses Gomes  
36 (Suplente-Assembleia Legislativa de Minas Gerais), Dep. Fabiano Galletti Tolentino (Titular-  
37 Assembleia Legislativa/MG). **Convidados:** Dep. Cássio Soares (Secretário- SEDESE), Darlen  
38 Marques (CEVAM); Thamy dos Santos (CEVAM), Rodrigo Batista Rodrigues (SUBDH/SEDESE),  
39 Maria de Lourdes Alves (SUBDH/SEDESE), Maria Vitória Santos Moura (CMDCA/BH); Cássia  
40 Vieira de Melo (Frente de Defesa); José Ribeiro Gomes (Gabinete Dep. André Quintão. O  
41 Conselheiro Ananias Neves Ferreira iniciou os trabalhos cumprimentando a todos e  
42 agradecendo pela presença. Logo em seguida, passou à apreciação dos pontos de pauta.

43

44 Informou a supressão do item aprovação Ata de Plenária, e, perguntou se os conselheiros  
45 gostariam de acrescentar alguma matéria e/ou informe. A conselheira Maria Margareth Pereira  
46 pediu para informar que o Conselho Nacional de Justiça vai participar do Programa “Portas  
47 Abertas, participar para responsabilizar” (lançado recentemente pelo Governo de Minas Gerais)  
48 visando aprimorar o atendimento socioeducativo no estado. Relatou que o programa visa à  
49 capacitação de municípios com mais de 20.000 habitantes nos próximos 18 meses. A proposta é  
50 que as ações sejam feitas em meio aberto, sem internação do adolescente em conflito com a lei,  
51 estimulando sua ressocialização por meio da frequência escolar, da prestação de serviço a  
52 comunidade e do convívio familiar. Ananias Neves Ferreira interveio dizendo que compareceu no  
53 lançamento deste Programa, e, informou que CEDCA/MG integra o Termo de Cooperação que  
54 objetiva disseminar e qualificar a política de atendimento socioeducativo em meio aberto no  
55 estado de Minas Gerais. Na sequência, foi incluído outro item na pauta: **Posse** de conselheiros.  
56 A **pauta** da sessão plenária foi colocada em votação e **aprovada** pela unanimidade dos  
57 conselheiros. Na sequência foram empossados os seguintes conselheiros: Raymundo Rabelo  
58 Mesquita - Titular pela Inspeção São João Bosco - Salesianos; Clodoalva Nobre Barbosa -  
59 Titular pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão; Elizabeth Terezinha de Oliveira  
60 Dinardo Abreu - Titular pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais. Logo após passou-se ao  
61 próximo ponto da pauta: **Eleição da Diretoria Executiva do CEDCA/MG**. O conselheiro  
62 Ananias Neves Ferreira informou que havia duas formas de proceder à eleição: mediante  
63 votação nominal ou por aclamação na forma regimental. A Presidência esclareceu que o  
64 procedimento usual é a suspensão dos trabalhos por alguns minutos para que os pares se  
65 reúnam e retornem com a indicação de cada segmento e, com assentimento plenário,  
66 suspendeu a reunião por 15 minutos. Decorrida a temporalidade regimental, a Presidência  
67 reabriu os trabalhos e em ato contínuo anunciou os nomes dos segmentos para composição da  
68 Diretoria Executiva, que foram imediatamente eleitos por **aclamação**. Carmen Rocha Dias -  
69 **Presidente do CEDCA/MG**; Ananias Neves Ferreira - **Vice-presidente do CEDCA/MG**; Andreia  
70 Cristina Barreto - **Secretária Geral do CEDCA/MG**. Na sequência os integrantes da Diretoria  
71 Executiva em ato presidido pelo Secretário de Estado de Desenvolvimento Social, Deputado  
72 Cássio Soares, e em nome do Senhor Governador do Estado de Minas Gerais, Antônio Augusto  
73 junho Anastasia, na forma regimental e pelo presidente da sessão, empossaram os eleitos que  
74 assinaram o Termo de Posse para mandato do período dentro dos 18 meses da periodicidade  
75 regimental. O Secretário de Estado de Desenvolvimento Social, Dep. Cássio Soares, ao declarar  
76 empossada Diretoria Executiva do CEDCA/MG renovou os votos de profícuo trabalho nesta nova  
77 gestão. Reafirmou o compromisso da SEDESE para com o Conselho nos desafios que ainda  
78 estão por serem vencidos, nos impondo sacrifícios maiores para a implementação de políticas  
79 públicas para a infância e adolescência. Que Carmen Rocha conduzirá muito bem este Conselho  
80 Estadual, com maestria e competência que lhes são peculiares. Disse que não poderia deixar de  
81 enaltecer o trabalho realizado por Ananias Neves Ferreira no momento em que o conselheiro  
82 deixa a Presidência do CEDCA/MG. “Um militante histórico que nos ensina a cada dia como  
83 tratar as questões da infância”. Em seguida, Carmen Rocha ressaltou que sua fala inicial só  
84 poderia ser de agradecimento pelo apoio e confiança nela depositados pelo Secretário Dep.  
85 Cássio Soares, em todas as áreas em que a Subsecretaria de Direitos Humanos atua,  
86 trabalhando pela eficácia das políticas públicas no estado. Disse que trabalhará com a mesma  
87 disposição e compromisso na implementação de políticas públicas para crianças e adolescentes.  
88 Para tanto, espera contar com todos os conselheiros e equipe do CEDCA e da CEPCAD.  
89 Ressaltou o engajamento do conselheiro Dr. Ananias Neves Ferreira na causa pela defesa dos  
90 direitos da infância e adolescência. Logo após, o Dr. Ananias Neves Ferreira solicitou que se  
91 registrasse que de todos os Secretários da SEDESE que conviveu, o Dep. Cássio Soares foi  
92 quem mais apoiou as postulações do CEDCA/MG. “O Secretário foi capaz de compreender que  
93 este colegiado pertence a um único partido: O da infância e adolescência”. Falou que espera

94 contar com o apoio da atual Presidente numa gestão colegiada e participativa em favor da  
95 infância e adolescência. Registrado ainda o trabalho consistente que Dra. Solange  
96 desempenhou na análise dos processos do edital 01/2013, “graças a ela avançamos muito nos  
97 procedimentos iniciais pela comissão de normas”. Finalizou agradecendo a todos. Na sequência  
98 Carmen Rocha retomou a palavra para justificar a necessidade de sua ausência na parte da  
99 tarde da plenária, tendo em vista demanda de trabalho inadiável na SEDESE. Na oportunidade,  
100 solicitou que o **Vice-presidente assumisse a condução desta plenária até o final do dia.**  
101 Ananias Neves Ferreira, com assentimento plenário passou a presidir os trabalhos. Em seguida,  
102 passou ao próximo ponto da pauta: **Recomposição das Comissões Temáticas:** Ananias Neves  
103 Ferreira informou da elaboração de expediente designando temporariamente os membros das  
104 comissões temáticas, de forma a possibilitar o exame dos projetos do edital FIA 01/2013. Dito  
105 que a aprovação da distribuição dos conselheiros nas cinco comissões é feita em definitivo em  
106 plenária. Diante do exposto foi apresentada aos conselheiros a lista com a distribuição por  
107 Comissão para conhecimento. Apenas uma conselheira solicitou mudança de Comissão: Maria  
108 de Fátima Mayrink Brito pediu para migrar da Comissão de Apoio aos Conselhos para a  
109 Comissão de Políticas Públicas. Para manter a paridade, a Conselheira Solange Faria Vieira  
110 Franca passou a compor temporariamente duas Comissões (Normas e Políticas Públicas). As  
111 **Comissões ficaram compostas** da forma que se segue: **Comissão de Apoio aos Conselhos**  
112 **Municipais e Tutelares:** Claudinei dos Santos Lima, Carlos Roberto Beto da Silva, Edson do  
113 Perpétuo do Socorro e Almeida, José Ismar da Costa, Alessandra Martins, Andrea Aparecida  
114 Alves da Cunha Soares, Eliane Quaresma Caldeira de Araújo, Carmen Rocha Dias. **Comissão**  
115 **de Políticas Públicas:** Andreia Cristina Barreto, Ângela Americia Leite, Paulo Henrique Freitas  
116 Carvalho Costa, Maria de Fátima Mayrinck Brito, Rejane Aparecida Alves, Rosemary Leite  
117 Matos, Cleverson Natal de Oliveira, Solange Faria Vieira Franca. **Comissão de Orçamento e**  
118 **Finanças:** Paulo Oseas Carvalho, Elizabeth Moreira dos Santos, Hudson Roberto Lino, Eny  
119 Lauriano da Silva Araújo, Ricardo Augusto Zadra, Maria Auxiliadora Salles Gonçalves, Clodoalia  
120 Nobre Barbosa, Maria Madalena de Melo Silva. **Comissão de Legislação e Normas:** Ananias  
121 Neves Ferreira, Simone Vieira, Rita Ferreira da Silva Alves, Solange Faria de Vieira Franca,  
122 Ricardo Gontijo Amorim Foureaux, Dep. Fabiano Tolentino. **Comissão de Medidas**  
123 **Socioeducativas:** Maria Margareth Pereira, Stanley Ramos Gusman, João Alves Crisostomo,  
124 Raymundo Rabelo Mesquita, Camila Silva Nicácio, Dep. Ulysses Gomes, Mariana Furtado  
125 Vidigal, Elisabeth Terezinha de Oliveira Dinardo Abreu. Uma vez que as Comissões já estão  
126 recompostas foi solicitado que seus membros designem seus coordenadores. Seguindo na  
127 pauta passou-se ao ponto de pauta: **Representações nos Fóruns.** Depois de discutido com os  
128 conselheiros sobre a disponibilidade de participação em diversos Fóruns em que o CEDCA/MG  
129 se faz presente, ficou definida a participação nos seguintes espaços: **FEVCAMG:** Elisabeth  
130 Terezinha de Oliveira Dinardo Abreu (titular) e Simone Vieira (suplente). **Comitê Gestor do**  
131 **Semiárido Mineiro:** Rita Ferreira da Silva (titular) e Edson Perpétuo Socorro e Almeida  
132 (suplente). **FECTIPA:** Jose Ismar da Costa (titular) e Paulo Henrique Freitas Carvalho Costa  
133 (suplente). **FUCAM** (Conselho Gestor Fundação Caio Martins) João Alves Crisostomo (titular) e  
134 Raymundo Rabelo Mesquita (suplente). **PPCAM:** Andreia Alves Cunha Soares (titular) e Eliane  
135 Quaresma Caldeira de Araújo (suplente). Poupança Jovem: Ricardo Augusto Zadra (titular) -  
136 aguarda indicação de suplência. **Fórum Mineiro de Saúde Mental:** Rita Ferreira da Silva  
137 (titular), Maria de Fátima Mayrinck Brito (suplente). **Comitê Local de Proteção Integral** (Copa  
138 das Confederações e Copa do Mundo): Maria Margareth Pereira (titular), Simone Vieira  
139 (suplente). **Comitê Escola de Conselhos:** Hudson Roberto Lino (titular) e Eliane Quaresma  
140 Caldeira de Araújo (suplente). **Grupo de Revisão dos Planos Estaduais:** Discutida a  
141 necessidade de inclusão de mais pessoas para somar esforços a aqueles que já fazem parte do  
142 grupo: Claudinei dos Santos Lima e Andreia Cristina Barreto. **Grupo de Comunicação:**  
143 Discutida a necessidade de estruturação deste grupo com disponibilização de profissional da

144 área de comunicação (jornalista e/ou estagiário) para apoiar Roberta Alves a iniciar os trabalhos  
145 nesta área. Ricardo Augusto Zadra fez um retrospecto dos trabalhos da gênese deste grupo de  
146 comunicação, ocasião em que atuou como coordenador, informando que foi solicitado à  
147 SEDESE disponibilização de profissional da área de comunicação para execução do Plano  
148 Estadual de Comunicação já elaborado e aprovado em plenária. **Capacitação em Brasília:**  
149 Solange Faria de Vieira Franca, Eliane Quaresma Caldeira de Araújo, Claudinei dos Santos  
150 Lima, Ananias Neves Ferreira. Em seguida,, passou-se a outro item da pauta: **Mobilidade dos**  
151 **conselheiros para atender demandas sobre direito infanto-juvenil em outros municípios:**  
152 Ananias Neves Ferreira informou que os pedidos solicitando conselheiro para palestra no interior  
153 sempre aparecem de última hora, inviabilizando o atendimento da demanda do município, dada  
154 a dificuldade de liberação de diárias na câmara da SEPLAG (10 dias de antecedência). A  
155 conselheira Clodoalia Nobre Barbosa informou que este prazo para autorização existe mesmo.  
156 Sugeriu que este tipo de viagem pode ser informado à SEPLAG como reserva emergencial,  
157 deixando bem claro o objetivo, a finalidade e o resultado impactante para a política pública de  
158 defesa dos direitos da criança e do adolescente. Carmen Rocha interveio dizendo que vai  
159 verificar esta questão com atenção e dará retorno aos conselheiros, tão logo tenha uma forma  
160 concreta de viabilizar esta reserva emergencial sugerida pela conselheira da SEPLAG. Em  
161 seguida, passou-se ao ponto de pauta referente a **Vara Especializada de Crimes contra**  
162 **Crianças e Adolescentes:** Ananias Neves Ferreira fez um breve histórico das reuniões que  
163 participou sobre esta matéria. Informou da proposta de criação do Centro Integrado de Defesa  
164 da Criança e do Adolescente, que congregará em um só espaço físico, a Vara Especializada de  
165 Crimes contra a Infância, sala de depoimento especial, Delegacia, Defensoria e Ministério  
166 Público, Instituto Médico Legal, dentre outros. A proposta encaminhada ao CEDCA/MG pela  
167 COINJ/TJMG (Desembargador Wagner Wilson Ferreira) é de solicitação de recurso para reforma  
168 do prédio em que funcionará este Centro Integrado, estimada em aproximadamente  
169 R\$2.000.000,00, situado na Av. Olegário Maciel (antiga instalação do Banco do Brasil).  
170 Ressaltou que a questão mais importante a ser pautada para discussão pelo Conselho é a  
171 instalação da Vara Especializada de Crimes contra Crianças e Adolescentes. O conselheiro  
172 Stanley Ramos Gusman fez um breve relato sobre processo de construção da proposta de  
173 idealização e reforma do Centro Integrado, da necessidade de viabilização do recurso pelos  
174 parceiros envolvidos no projeto de instalação deste espaço de proteção, promoção e defesa dos  
175 direitos de crianças e adolescentes. “Se o Conselho não puder financiar tudo, que seja  
176 viabilizada em parte”. Ressaltou a importância da autuação dos agressores em flagrante delito  
177 com as providências necessárias, destacando as salas de depoimento especial para  
178 atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência. Em seguida, a discussão girou em  
179 torno de possíveis formas de liberação deste recurso (caso seja retirado do FIA) e/ou de recurso  
180 do tesouro. Ainda: Possíveis vedações previstas na legislação do Fundo para este repasse; as  
181 condições de cessão do imóvel pelo Banco do Brasil; o período estimado para a dita reforma; se  
182 haverá recursos oriundos de outros órgãos e qual a dotação orçamentária para manutenção do  
183 Centro Integrado, dentre outros. O conselheiro Ricardo Zadra informou que todo recurso do FIA  
184 só pode ser liberado via apresentação de projeto que tramitará nas Comissões Temáticas, com  
185 apresentação de Plano de Trabalho, Projeto Descritivo, Planilha detalhada de custo, e  
186 documentação afim, em conformidade com nossas resoluções. Como é de conhecimento de  
187 todos, há somente duas formas de liberação de recurso do FIA: via edital e/ou chancela (recurso  
188 captado). Há de se considerar se existe recurso disponível, tendo em vista previsão de saldo  
189 comprometido para pagamento de projeto do edital 01/2013 e os de retirada - chancela (recurso  
190 vinculado à entidade que o captou). Na sequência, Cássia Vieira de Melo pediu a palavra para  
191 leitura de “Recomendação aos Conselheiros” sobre este assunto. Procedeu a leitura dos  
192 principais pontos abordados na reflexão formulada pela Frente de Defesa, e informou que o texto  
193 já foi enviado aos conselheiros da sociedade civil por e-mail. Como grande parte dos pontos

194 abordados passam pela possibilidade de repasse de recurso, foi sugerida a discussão da  
195 matéria mais profundamente na Comissão de Orçamento e Finanças. Contudo, a discussão  
196 caminhou para uma abordagem mais completa, sendo proposto o seguinte **encaminhamento**  
197 que foi colocado em **votação e aprovado** pela **unanimidade** dos **conselheiros** presentes:  
198 **Criação de Comissão Especial** com 01 representante de cada Comissão Temática e 01  
199 integrante da Diretoria Executiva do CEDCA/MG. **Conselheiros indicados:** Camila Silva Nicácio  
200 (Comissão Medidas Socioeducativas); Eliane Quaresma Caldeira de Araújo (Comissão Apoio  
201 aos Conselhos Municipais e Tutelares); Ângela Americia Leite (Comissão de Políticas Públicas);  
202 Rita Ferreira da Silva (Comissão de Legislação e Normas); Ricardo Augusto Zadra (Comissão de  
203 Orçamento e Finanças); Ananias Neves Ferreira (Diretoria Executiva - Mesa Diretora). Em  
204 seguida, a Presidência, ouvido o plenário, suspendeu os trabalhos por 60 minutos para o  
205 almoço. Decorrido o prazo regimental o Conselheiro Ananias Neves Ferreira reabriu os trabalhos  
206 e concedeu a palavra à Conselheira Elaine Quaresma Caldeira de Araújo, que se manifestou  
207 sobre o **“Fluxo de proteção a crianças e adolescentes nos eventos: Copa das**  
208 **Confederações e Copa do Mundo”**. **Agenda de convergência** de ações de promoção,  
209 proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes em grandes eventos. Informado pela  
210 conselheira que todas as ações previstas para viabilização deste fluxo durante a Copa das  
211 Confederações e Copa do Mundo são (resumidamente) as que se segue: 1. Instalação do  
212 Comitê Local de Proteção Integral; 2. Reuniões de mobilização da rede e preparação de  
213 profissionais que atuarão no Plantão Integrado de Proteção; 3. Definição dos profissionais que  
214 atuarão no Plantão Integrado de Proteção; 4. Identificação de estrutura para montagem dos  
215 espaços físicos temporários de convivência; 5. Montagem do espaço temporário de convivência;  
216 6. Execução do Plano de Proteção Integral por meio do funcionamento do Plantão Integrado de  
217 Proteção. Ao fim da apresentação foi confirmada a indicação de dois conselheiros para compor o  
218 **Comitê Local de Proteção Integral:** Maria Margareth Pereira (titular) e Simone Vieira  
219 (suplente). A próxima reunião está agendada para dia 30/04 às 14h na Cidade Administrativa.  
220 Em seguida, a Presidência passou ao ponto de pauta referente a **Projetos de Retiradas**  
221 (despachos nos processos e pareceres). Ananias Neves Ferreira fez breve relato da situação de  
222 cada um dos processos de retirada (antigo CAC) relativo aos anos de 2011 e 2012 aprovados  
223 pelo CEDCA/MG e pendentes de conveniamento na SEDESE. Trata-se de processos de retirada  
224 do FIA (recurso captado pela entidade) encaminhados pelo jurídico da SEDESE para nova  
225 apreciação do Conselho. Convênios que não foram pagos por ocasião da proibição da legislação  
226 de período eleitoral. Depois de discutido individualmente cada uma das pendências elencadas  
227 no parecer do jurídico do órgão gestor (SEDESE), bem como os despachos proferidos por  
228 Ananias Neves Ferreira em cada um dos processos em resposta às respectivas pendências, os  
229 conselheiros puderam se manifestar pela aprovação dos despachos do CEDCA/MG e a imediata  
230 devolução dos processos para conveniamento. **Registra-se que foram submetidos à Plenária**  
231 **e ratificados em seu inteiro teor os despachos proferidos nos processos de nº e fls.,**  
232 **conforme abaixo relacionados.** Todos os despachos foram colocados em votação e  
233 **aprovados** pela unanimidade dos conselheiros presentes: **Convênio de Cooperação**  
234 **Financeira referente ao Projeto nº12/2012** - “Construindo o Amanhã”, apresentado pela  
235 Associação Projeto Providência, no valor de R\$290.757,82. Despacho de fls.112 e 113.  
236 **Convênio de Cooperação Financeira referente ao Projeto nº02/2012** - “Construindo o  
237 Amanhã”, apresentado pela Associação Projeto Providência, no valor de R\$134.880,00.  
238 Despacho de fls. 142 e 143. **Convênio de Cooperação Financeira referente ao Projeto**  
239 **09/2012** - “Violência Sexual Não”, apresentado pela Oficina de Imagens - Comunicação e  
240 Educação, no valor de R\$320.000,00. Despacho de fls. 324 e 325. **Convênio de Cooperação**  
241 **Financeira referente ao Projeto nº01/2012** - “Irradiando: Jovens Comunicadores Promovendo  
242 Direitos da Criança e do Adolescente”, apresentado pela Oficina de Imagens - Comunicação e  
243 Educação, no valor de R\$200.000,00. Despacho de fls. 296 e 298. **Convênio de Cooperação**

244 **Financeira referente do Projeto nº07/2012** - “Centro de Informação em Direitos da Criança e  
245 do Adolescente”, apresentado pela Oficina de Imagens - Comunicação e Educação, no valor de  
246 R\$240.000,00. Despacho de fls. 301 e 303. **Convênio de Cooperação Financeira referente do**  
247 **Projeto nº11/2012** - “Oficina de Inclusão”, apresentado pela Comunidade Missionária Villarégia,  
248 no valor de R\$14.320.00. Despacho de fls. 142. **Convênio de Cooperação Financeira**  
249 **referente ao Projeto nº30/2012** - “Manutenção da Casa de Apoio para Crianças e  
250 Adolescentes”, apresentado pela Associação Unificadora de Recuperação e Apoio - AURA, no  
251 valor de R\$144.000,00. Despacho de fls. 149 e 150. Em relação aos convênios  
252 supramencionados: “na questão de alteração ou ajustamento de Plano de Trabalho naquilo que  
253 não alterar seu objeto nem sua meta, constitui matéria pertinente perfeitamente possível de ser  
254 efetivada por decisão extra-plenária, conforme decorrem do disposto no inciso II do art.10 do  
255 Regimento Interno, combinado com o inciso IX do art.11 do mesmo texto regimental”. “Em nome  
256 do princípio da celeridade de procedimento administrativo, preconizado pela Normativa  
257 Constitucional, não nos opomos à efetivação do termo convenial, sem prejuízo dos partícipes  
258 ajustarem, sem modificação do objeto e da meta, o Plano de Trabalho à adequação aos  
259 dispositivos e exigências legais”. Em seguida, foi apreciado o Parecer da Comissão Temática de  
260 Políticas Públicas ao Projeto “**FortaleSer**” - Convênio nº802/2011 firmado entre a SEDESE e o  
261 **Centro de Educação para o Trabalho Virgílio Resi** com interveniência do CEDCA/MG no valor  
262 de R\$250.000,00. Trata-se de análise de relatório de execução do projeto no período  
263 compreendido entre setembro e dezembro de 2012. **Conclusão:** “Após análise a Comissão  
264 referenda o “Relatório de Execução do convênio nº802/2011 enviado pelo Centro de Educação  
265 para o Trabalho Virgílio Resi, relativo à execução final no período compreendido entre setembro  
266 e dezembro de 2012, visto que o mesmo atende aos prazos estabelecidos no Plano de  
267 Trabalho”. Este Parecer foi colocado em **votação** e **aprovado** pela unanimidade dos  
268 conselheiros presentes. Em seguida,, passou-se ao item de pauta referente aos **Projetos do**  
269 **Edital de Chamada Pública nº01/2013**. Esta matéria foi com aprovação plenária adiada com  
270 dilação de prazos finais editalícios e será objeto de pauta de plenária extraordinária. A  
271 Presidência esclareceu que alguns projetos estão em fase de diligência, e para que todos sejam  
272 apreciados em igualdade de condições, foi proposto e aprovado que os referidos projetos  
273 deverão ser objeto de deliberação de sessão plenária extraordinária que fica convocada para o  
274 dia **16 de maio de 2013, no horário de 9:00 às 18:00 horas**. Em prosseguimento aos  
275 trabalhos, passou-se ao ponto de pauta referente aos **Procedimentos para análise e avaliação**  
276 **da situação econômica e financeira do FIA**, o qual foi adiado para a próxima plenária  
277 extraordinária, disponibilizando-se maior tempo para elaboração de fluxo que possibilite o estudo  
278 dos percentuais de valores disponibilizados para a Comissão de Orçamentos e Finanças  
279 trabalhar, recomendando-se que o Sr. Leogustavo (SEDESE) deverá encaminhará mensalmente  
280 ao Conselho planilha informativa de valores. Em seguida,, passou-se ao ponto de pauta  
281 referente a **Instrução RFB 1311/2012** - DOU 31/12/2012. A Presidência esclareceu ao plenário  
282 que se trata de instrução da Receita Federal que estabeleceu mudanças nos procedimentos  
283 para renúncia fiscal, e, isto demandará estudo por parte dos conselheiros. Alterações como a  
284 possibilidade de efetuar a renúncia fiscal de janeiro a abril via DARF (Documento Arrecadação  
285 Federal), dentre outras. É preciso conhecer bem a nova legislação para estabelecer diálogo com  
286 a Receita Federal, que passa a fiscalizar os Fundos da Infância e Adolescência. Outra tarefa  
287 para a Comissão de Orçamento e Finanças, tendo sido a matéria adiada para a próxima  
288 plenária. Em seguida, passou-se ao ponto de pauta referente a **Formação continuada para**  
289 **profissionais na área e educação sobre drogas:** Ananias Neves Ferreira manifestou  
290 preocupação em relação a projetos na área de educação continuada, ressaltando que quaisquer  
291 matérias e/ou projetos deverão ser analisados de posse das Resoluções do CEDCA/MG, em  
292 destaque a resolução nº50/2012 que trata do assunto. Citado ainda outras legislações que  
293 merecem atenção dos conselheiros acerca desta matéria: Lei nº 11.343 de 23/08/2006 que

294 institui o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas - Sisnad (trata das políticas públicas sobre  
295 drogas); e o Decreto nº 5.912 de 27/09/2006 que regulamenta a Lei 11.343/2006. Logo após, já  
296 nos informes, Ananias Neves Ferreira informou de sua participação (representando o  
297 CEDCA/MG) em evento na Assembleia Legislativa/MG abordando a temática alienação parental.  
298 Sua fala teve como pressuposto o princípio da proteção integral. Ressaltou que a execução da  
299 medida protetiva não deve causar maior dano à criança do que a própria alienação parental, ou  
300 seja, ao ser abrigada a criança não deve ficar em situação de dupla alienação parental (longe do  
301 pai e da mãe ao mesmo tempo). Desta forma a aplicação da medida protetiva estaria  
302 revitimizando a criança. Faz-se necessária uma reflexão sobre esta questão. Em seguida,  
303 Ananias Neves Ferreira procedeu à leitura do “Manifesto contrário à PEC 83/2011 de autoria do  
304 Senador Clésio Andrade” (autorização para elaboração deste texto foi aprovada na plenária de  
305 21/02). Este manifesto será publicado em jornais de grande circulação e remetido aos órgãos  
306 competentes. O texto que se segue em seu inteiro teor foi colocado em **votação** e **aprovado**  
307 pela unanimidade dos conselheiros. **Manifesto:** “O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e  
308 do Adolescente de Minas Gerais, órgão colegiado constituído pela sociedade civil e o governo,  
309 **repudia** os termos da PEC 83 de 2011, de autoria do Senador Clésio Andrade. Ela amplia o  
310 entendimento de várias outras que tramitam no Congresso Nacional propondo a redução da  
311 maioria penal para 16 anos. Para o Senador o adolescente brasileiro deve assumir a sua  
312 maioria plena aos 16 anos. E a justificativa da PEC, inadvertidamente, defende que isto é  
313 uma conquista de direitos. Em verdade querem o Senador Clésio e os autores de outras PECs  
314 semelhantes, revogar Cláusula Pétrea da Constituição Cidadã de 1988 e o Estatuto da Criança e  
315 do Adolescente, grande conquista dos brasileiros. Querem os jovens infratores atrás das grades,  
316 em prisões que se transformaram em universidades do crime e cujos índices de recuperação de  
317 detentos são baixíssimos. Preferem tratar dos efeitos produzidos pela injustiça e desigualdade  
318 sociais, por um sistema educacional deficiente, pelas consequências da disseminação das  
319 drogas, pelo hipercosumismo, por um Poder Judiciário lento e burocratizado ao invés de atacar  
320 as causas destes problemas. O CEDCA/MG reconhece a gravidade e o aumento em geral da  
321 criminalidade provocada por pessoas adultas, utilizadoras ou estimuladoras de alguns  
322 adolescentes pressionados pelo consumismo exacerbado e a ausência de oportunidades de  
323 uma vida digna. Por isto mesmo conclama a população brasileira a exigir dos seus  
324 representantes mais seriedade na busca de solução das causas. Lutar pela educação em tempo  
325 integral, pela ampliação do preparo profissional, pela potencialização da família brasileira,  
326 efetivar Políticas Públicas preventivas, dar efetividade aos Direitos Humanos da Criança e do  
327 Adolescente, grafados no Ordenamento Jurídico Brasileiro e nos Tratados Internacionais de que  
328 o Brasil faz parte. Eis a missão dever do Parlamento e de todas as pessoas compromissadas  
329 com o futuro do Brasil”. Aprovado o manifesto acima transcrito, a Presidência informou sobre a  
330 publicação do Decreto estadual nº 46.202 de 01/04/2013, que altera o quantitativo e a  
331 distribuição de cargos de provimento em comissão, funções gratificadas temporárias  
332 estratégicas no âmbito da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. Finalizando a  
333 reunião, o Conselheiro Hudson Roberto Lino elogiou a iniciativa do Conselho em colocar no  
334 Edital 01/2013 (projetos FIA) o eixo temático Apoio aos Fóruns de Defesa dos Direitos de  
335 Crianças e Adolescentes; mostrando um reconhecimento deste órgão ao trabalho realizado  
336 pelas representações no interior do estado. Ananias Neves Ferreira respaldou a fala do  
337 conselheiro e disse que a ideia é tornar os conselheiros do CEDCA/MG uma referência em suas  
338 regiões. Logo após a conselheira Andreia Cristina Barreto solicitou que a análise de projetos  
339 possa ser feita em casa com mais calma, podendo levá-los com estabelecimento de prazo de  
340 devolução, como já aconteceu em outras ocasiões no Conselho. Ananias Neves Ferreira, em  
341 exercício na Presidência dos trabalhos, verificando que nada mais havia a tratar nem a deliberar,  
342 declarou encerrada a presente sessão plenária, no horário regimental, da qual, eu Ana Rita

343 Lopes Pereira, lavrei a presente ata que após aprovação que será assinada e arquivada nos  
344 termos regimentais.